

Segunda-Feira, 15 de Dezembro de 2025

Comissão do Senado pode votar reforma tributária nesta terça-feira (7)

Proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados em julho; agora, passa pela CCJ e pelo Plenário do Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal deve votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da [reforma tributária](#) nesta terça-feira (7). O relator, Eduardo Braga (MDB-AM), [apresentou parecer no último dia 25](#).

Braga indicou, ao divulgar seu relatório, que a PEC ficaria sob “sol e chuva” até a votação, para últimos ajustes. A espinha dorsal do texto é a criação de um [Imposto sobre Valor Agregado \(IVA\) dual](#), com um tributo federal e outro subnacional, que substituem PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI.

O relator e sua assessoria trabalhavam nas alterações até o fim da noite desta segunda-feira (6), quando Braga se encontrou no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e outros líderes do Senado. O objetivo do encontro foi o de alinhar as prioridades da base do governo até o fim do ano, o que inclui a reforma tributária.

A [proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados em julho](#). Agora, a proposição passa pela CCJ e pelo Plenário do Senado. Caso o parecer seja aprovado pelos senadores, volta à Casa Baixa, já que teve seu conteúdo alterado pelo relator.

A previsão é que as alterações que serão apresentadas não mudem temas centrais do texto da reforma lido pelo relator na CCJ, no último dia 25, e consiga reduzir a resistência entre os parlamentares para facilitar a aprovação.

Braga já recebeu mais de 720 sugestões de alterações à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que reforma o sistema tributário brasileiro desde que a matéria passou a tramitar no Senado.

Em reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na última quinta-feira (2), o relator afirmou que o encontro serviu para alinhar “ajustes pontuais” ao texto. Braga também afirmou que acatou 250 emendas apresentadas por outros parlamentares ao texto.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse nesta segunda (6) que o texto da reforma tributária deve ser votado no plenário da Casa na quarta (8) ou quinta-feira (9).

Exceções

A nova redação trouxe alterações para o grupo que terá desconto de 60% do IVA — incluiu e excluiu atores na seção. Há a previsão de que as exceções serão revisadas a cada cinco anos.

Além disso, o texto cria alíquota com redução intermediária de 30% para a prestação de [serviços de profissão intelectual](#), de natureza científica, literária ou artística. Lei Complementar estabelecerá as operações beneficiadas.

Também foram criados regimes específicos para os serviços de saneamento, de concessão de rodovias. Será permitida a desoneração de IBS e CBS na [aquisição de bens de capital](#) e alteração nas alíquotas e nas regras de creditamento.

O saldo foi a elevação de 0,5 ponto percentual na previsão da alíquota padrão do IVA.

Nível federativo

A nível federativo, o relator incluiu a possibilidade de o Congresso Nacional convocar o presidente do Comitê Gestor — que substitui o Conselho Federativo — e solicitar informações, como já acontece com ministros de Estado.

O presidente deste Comitê deverá, segundo a redação, ter notórios conhecimentos de administração tributária, e será nomeado após aprovada a indicação pela maioria absoluta do Senado Federal.

Eduardo Braga ainda retirou a possibilidade de iniciativa de lei pelo Conselho. “A governança deixa de ser relevante, o Comitê é um mero executor, não vai mais ter discussões políticas dentro dele”, disse.

Além disso, aumentou para R\$ 60 bilhões os valores do FDR. 70% das cifras serão distribuídas com base no Fundo de Participação dos Estados (FPE) e 30% de acordo com a população.

Estimativa da **CNN** indica que, com base nestes parâmetros, os estados do [Nordeste](#) ficariam com R\$ 25 bilhões dos R\$ 60 bilhões do Fundo.

Cesta Básica

O relatório também [alterou aspectos relacionados à cesta básica que estavam contidos no texto aprovado na Câmara](#).

Na prática, o relatório manteve a isenção à cesta básica, mas limitou seus itens, que serão definidos por lei complementar. Também criou uma “cesta estendida”, com desconto de 60% do IVA e cashback para a população de baixa renda que consumir estes produtos.

No texto do senador ficaram isentos hortifrúti, frutas e ovos. Produtos de higiene e limpeza tiveram desconto de 60%. Itens voltados à saúde menstrual começam com desconto de 60%, mas podem ficar isentos após a regulamentação.

O relator da reforma tributária, [Eduardo Braga \(MDB-AM\)](#), prevê em seu [relatório](#) a criação de um “cashback” para devolver aos mais pobres parte dos impostos pagos na conta de luz.

Imposto Seletivo

A redação também prevê que o [Imposto Seletivo \(IS\)](#) vai incidir sobre a extração de petróleo e minérios, independentemente do destino do produto.

O texto estabelece para a incidência do chamado “[imposto do pecado](#)” um teto de cobrança de 1% do valor de mercado do produto extraído.

Em seu parecer, Braga destaca que os “danos ao território nacional” com estas atividades são permanentes, o que configura a “socialização do prejuízo”. Enquanto isso o resultado econômico ficaria concentrada nas poucas empresas que exploram a atividade.

Zona Franca de Manaus

Braga ainda propôs uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para [taxar ao redor do Brasil produtos que são produzidos na Zona Franca de Manaus \(ZFM\)](#).

A ideia é manter que os “[diferenciais competitivos](#)” da ZFM [após as alterações no sistema tributário](#). A Cide é uma contribuição de natureza extrafiscal, que possui vinculação obrigatória de suas receitas.

O texto da reforma tributária aprovado na Câmara previa, entre outros instrumentos, usar o Imposto Seletivo (IS) para taxar bens fabricados em outras áreas para garantir a competitividade da região.

Fonte: CNN Brasil